



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
1ª Vara Cível

EDITAL DE PRAÇA/LEILÃO

(modalidade eletrônica)

O Dr. Claudio Müller Pareja, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma da lei, etc...faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que com fulcro no enunciado do art. 881 do NCPC e regulamentado pelo Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS, Resolução nº. 236/2016 do CNJ, por meio da gestora de alienação judicial eletrônica denominada **MARCA LEILÕES, INTERMEDIações E NEGÓCIOS LTDA. (MARCA LEILÕES)**, inscrita no CNPJ/MF nº. 23.871.860/0001-04, representada pelo leiloeiro público oficial, o Sr. **MARCELO CARNEIRO BERNARDELLI**, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul - JUCEMS, sob a matrícula nº. 21; aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** movida por **HSBC BANK BRASIL SA - BANCO MÚLTIPLO** contra **GLESDON MARQUES DOS SANTOS - ME E OUTROS**, acima qualificados, nos **autos nº. 0801586-45.2013.8.12.0011**; e que foi designada a venda do(s) bem(ns) móvel(is) descrito(s) abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir, e que levará a público via arrematação, conforme o presente edital: **DO LEILÃO ELETRÔNICO** - 1) O leilão do(s) bem(ns) móvel(is) somente será realizado por meio eletrônico e não da forma mista, conforme o art. 1º, § 2º do Provimento nº. 375/2016 do CSM/TJMS, pela Gestora **MARCA LEILÕES**, por intermédio do portal www.marcaleiloes.com.br. 2) Caso a alienação judicial eletrônica do bem móvel não possa se realizar em razão de força maior, o leilão final se verificará de imediato ao primeiro dia útil posterior à cessação do impedimento, independentemente de novas providências e observando o enunciado do art. 882, §§ 1º. e 2º. e 879 do NCPC (§ único do art. 38 do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS). 3) Durante o curso do leilão eletrônico e antes do encerramento, pela preservação da transparência do certame, caso ocorra intercorrência, mudança, suspensão ou variação do sistema eletrônico on-line disponibilizado na rede mundial de computadores, que influencia na dinâmica regular do processo licitatório em andamento, poderá, o leiloeiro público oficial interromper, restabelecer com prorrogação de tempo, certificando o juízo do ocorrido e fazendo constar na ata de leilão. **DO CADASTRO DOS INTERESSADOS** - 1) Para a participação no leilão eletrônico do(s) bem(ns) móvel(is) os interessados deverão realizar cadastramento prévio no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão eletrônico, conforme as instruções contidas no seguinte portal: www.marcaleiloes.com.br, (art. 14, *caput*, do Provimento nº 375/2016 CSM/TJMS). 2) O cadastramento será gratuito e é requisito indispensável para a participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações prestadas, bem como implicar na aceitação integral das regras deste edital (enunciado do art. 14, § 1º. do Provimento nº 375/2016 CSM/TJMS). **DA PARTICIPAÇÃO NA ALIENAÇÃO ELETRÔNICA** - Podem oferecer lances quem estiver na livre administração de seus bens, com exceção das pessoas elencadas nos incisos do art. 890 do NCPC (art. 13 do Provimento nº 375/2016 CSM/TJMS). **DO(S) BEM(NS) MÓVEL(IS)** - 1) O(s) bem(ns) móvel(is) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontra(m), e sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes do leilão, conforme o enunciado do art. 18 do Provimento nº. 375/2016 do CSM/TJMS. 2) A descrição detalhada do(s) bem(ns) móvel(is) a ser(em) apreçoado(s) em leilão eletrônico está disponível no portal www.marcaleiloes.com.br (enunciado do art. 18 do Provimento nº 375/2016 CSM/TJMS). **DA DESCRIÇÃO DO(S) BEM(S): LOTE 01** - 01 (um) elevador de carro Rohden, nº 7669, mês/ano: 03/1995, tipo EAM, com capacidade para 2.500 kg, com 03 (três) cabos de aço, cor preto e verde, em bom estado de conservação; avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais); **LOTE 02** - 09 (nove) prateleiras de aço com 06 (seis) repartições, avaliada em R\$ 100,00 (cem reais) cada, totalizando R\$ 900,00 (novecentos reais); **LOTE 03** - 01 (um) aparelho de ar condicionado da marca Electrolux 7.500 BTUS, em bom estado de conservação, avaliado em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais); **LOTE 04** - 01 (um) cofre grande com 03 (três) gavetas, avaliado em R\$ 500,00 (quinhentos reais); **LOTE 05** - 01 (um) ventilador extragrande de parede, modelo Turbo Hélice, avaliado em R\$ 300,00 (trezentos reais); **LOTE 06** - 01 (um) balcão de aço com 03 (três) gavetas, em bom estado de conservação, avaliado em R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais); **LOTE 07** - 01 (uma) vitrine de ferro e vidro, avaliada em R\$ 600,00 (seiscentos reais); **LOTE 08** - 01 (uma) mesa de escritório em bom estado de conservação, avaliada em R\$ 180,00 (cento e oitenta reais); **Lote 09** - 01 (uma) mesa para computador, em bom estado de conservação, avaliada em R\$ 100,00 (cem reais); **LOTE 10** - 01 (um) jogo de sofá 3 e 2 lugares, na cor laranja, em bom estado de conservação, avaliado



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
1ª Vara Cível

em R\$ 300,00 (trezentos reais); **LOTE 11** - 12 (doze) jogos de defletor de chuva TGPOLI (calha de chuva), avaliados em R\$ 110,00 (cento e dez reais) cada, totalizando R\$ R\$ 1.320,00 (um mil e trezentos e vinte reais); **LOTE 12** - 22 (vinte e duas) baterias 110 amperes (desbravador) avaliadas em R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) cada, totalizando R\$ 9.240,00 (nove mil e duzentos e quarenta reais); **LOTE 13** - 04 (quatro) caixas acústicas sem falantes em MDF, 25m, para 03 (três) alto-falantes, avaliadas em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) cada, totalizando R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais); **LOTE 14** - 01 (uma) caixa acústica sem falantes em MDF, 25m, para 16 (dezesseis) alto-falantes, avaliada em R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais); **LOTE 15** - 01 (uma) caixa acústica sem falantes em MDF, 25m, para 04 (quatro) falantes, avaliada em R\$ 600,00 (seiscentos reais); **LOTE 16** - 16 (dezesseis) alto-falantes 12 polegadas, da marca Spyder Kaos 6.0/3.000 RMS, avaliados em R\$ 800,00 (oitocentos reais) cada, totalizando R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais). **DO FIEL DEPOSITÁRIO** - O bem está depositado com **GLEDSON MARQUES DOS SANTOS - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 09.100.786/0001-93, com endereço na Avenida Gaspar Ries Coelho, nº. 187 e nº. 711, bairro Flávio Garcia, CEP 79400-000, Coxim/MS, conforme avaliação à fl. 177/178, datado de 13/12/2016. **DA VISITAÇÃO** - As visitas, quando forem autorizadas, deverão ser agendadas via e-mail nos seguintes endereços: marcelo@marcaleiloes.com.br ou contato@marcaleiloes.com.br. **DA AVALIAÇÃO** - A avaliação total do(s) bem(ns) móvel(is) a ser(em) preçado(s) em **1º. Leilão é de R\$ 32.470,00 (trinta e dois mil e quatrocentos e setenta reais)** conforme a avaliação realizada na data de 13/12/2016; folhas nº 177-178, dos autos de nº. **0801586-45.2013.8.12.0011**, que tramitam pela 1ª Vara da Comarca de Coxim/MS. **E em 2º. Leilão, será(ão) ofertado(s) por 50% (cinquenta por cento) de seu valor, pelo montante de R\$ 16.235,00 (dezesseis mil e duzentos e trinta e cinco reais),** ou por valor superior. **AÇÕES EM NOME DO(A)(S) EXECUTADO(A)(S)** - Há nos autos registros de Distribuição de Feitos Cíveis, à folhas. 199 em nome de **GLEDSON MARQUES DOS SANTOS**, CPF/MF nº. 890.609.461-20, a saber: 1ª Vara da Comarca de Coxim/MS: Processo: 0801586-45.2013.8.12.0011, ação: Execução de Título Extrajudicial. **DAS PRAÇAS** - Ambas as praças serão realizadas através do portal www.marcaleiloes.com.br. A 1ª. praça terá início na data de 06/05/2019 às 17:30 horas e término na data de 10/05/2019 às 17:30 horas. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação dos bens imóveis em sua 1ª. praça, a praça seguir-se-á sem interrupção às 17:31 horas do dia 10/05/2019 - 2ª. praça (conforme o enunciado do art. 25 do Provimento CSM/TJMS nº. 375/2016), ocasião em que o bem será entregue a quem mais ofertar valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação judicial até às 17:30 horas, horário local; do dia 24/05/2019. Não será aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação judicial; considerado lance vil, conforme art. 891 do NCPC. **DO CONDUTOR DAS PRAÇAS** - As praças serão conduzidas aos cuidados do leiloeiro público oficial, o Sr. **MARCELO CARNEIRO BERNARDELLI**, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul - JUCEMS, sob a matrícula nº. 21 sob a orientação do portal de alienação judicial eletrônica, a Gestora **MARCA LEILÕES**. **DO HORÁRIO PREVISTO PARA AS PRAÇAS** - Os horários previstos neste Edital tomam por base o horário local de Mato Grosso do Sul, ou seja, menos 01 (uma) hora em relação ao horário oficial de Brasília/DF. **DOS LANCES** - 1) Os lances deverão ser ofertados pela rede Internet, através do portal www.marcaleiloes.com.br. 2) No decorrer da alienação eletrônica, os lances deverão ser oferecidos diretamente no portal da Gestora **MARCA LEILÕES** e serão imediatamente oferecidos on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas (art. 27 do Provimento nº. 375/2016 do CSM/TJMS). 3) Não será de forma alguma admitido o envio de lances por qualquer outro meio, (fone, fax...) que não seja por intermédio do sistema da Gestora **MARCA LEILÕES**, conforme o enunciado do art. 27, § único, do Provimento nº. 375/2016 do CSM/TJMS. 4) Para que haja o encerramento do leilão eletrônico este deverá permanecer por 03 (três) minutos sem receber outra oferta on-line. Sobrevindo o lance nos 03 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do leilão será prorrogado por mais 03 (três) minutos, contados da última oferta de lance, e assim sucessivamente, até a permanência por 03 (três) minutos sem recebimento de outra oferta de lance, quando assim se terminará o pregão (enunciado do art. 24 do Provimento nº. 375/2016 do CSM/TJMS). 5) O licitante poderá apresentar proposta para adquirir o bem em prestações, de acordo com as regras estabelecidas no art. 895, § 7º, do NCPC, se for o caso. (art. 26 do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS). 6) Os lances e dizeres inseridos na sessão on-line correrão exclusivamente por conta e risco do usuário. (art. 39 do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS) 7) Durante cada praça, os profissionais da Gestora **MARCA LEILÕES** poderão auxiliar os interessados no que se fizer necessário, através dos fones: (67) 99987-1407 e (67) 4042-2179 ou pelo e-mail: contato@marcaleiloes.com.br. **DA COMISSÃO DEVIDA À GESTORA** - 1) O arrematante deverá



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
1ª Vara Cível

depositar em dinheiro na rede bancária, via DOC ou TED, no prazo de até 24 h (vinte e quatro) horas a contar do encerramento do leilão, a título de comissão, o valor correspondente ao percentual de **05% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel - (não incluso no valor do lance), e ser-lhe-á paga diretamente (conforme o art. 10 e seu § único do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS) na conta da Gestora **MARCA LEILÕES, INTERMEDIações E NEGóCIOS LTDA.**, portadora da CNPJ/MF nº 23.871.860/0001-04, no Banco do Brasil, Agência nº 2936-X, Agência Guaicurus, na Conta Corrente nº 48.686-8. 2) A comissão devida não está inclusa no valor do lance, como mencionado e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante, deduzidas as despesas incorridas. 3) Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação. (§ 4º. do art. 10 do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS). **DO(S) PAGAMENTO(S)** - 1) O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do(s) bem(ns) arrematado(s) e da comissão da gestora, no prazo de até 24 h (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial, em favor do juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação, conforme o enunciado do art. 24, em seu § único, do Decreto Lei nº 21.891/1932, art. 10, *caput*, do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS. 2) Em até 05 (cinco) horas após o encerramento do leilão, o arrematante receberá e-mail informativo com todas as instruções para os devidos pagamentos, aguardando o envio deste antes de realizar qualquer pagamento. 3) Decorrido o prazo de 24 h (vinte e quatro) horas do término do leilão eletrônico do bem móvel sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada pela gestora **MARCA LEILÕES** ao juízo competente para a aplicação das medidas judiciais cabíveis. 4) Os pagamento poderá ser parcelado, quando for o caso, para que se adquira o(s) bem(ns) penhorados(s) em prestações, e os interessados poderá(ão) apresentar proposta de aquisição por escrito até o início do primeiro leilão, por valor não inferior ao da avaliação; ou até a data de início do segundo leilão, valor este que não pode ser considerado vil. 5) Em qualquer hipótese será necessário o pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 (trinta) parcelas consecutivas, desde que garantido por meio de caução idônea (quando se tratar de bens móveis) e por hipoteca no próprio bem (quando se tratar de bens imóveis), conforme se dispõe o art. 895, § 7º, do NCPC (e art. 26 do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS). **DOS DEPÓSITOS** - 1) Não sendo efetuados os depósitos, a gestora **MARCA LEILÕES**, comunicará imediatamente o fato ao juízo, informando também os lances anteriormente ofertados para que estes sejam submetidos à apreciação do juiz na forma do art. 895, §§ 4º. E 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do NCPC, sem prejuízo da invalidação de que se trata o art. 903 do NCPC (enunciado do art. 31 do Provimento nº. 375/2016 do CSM/TJMS). 2) O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz da execução, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas pelo período mínimo de 01 (um) ano, podendo ainda ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (arts. 335 e 358 ambos do Código Penal) e por prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão eletrônico, e aí incluída a comissão do leiloeiro público oficial que representa a gestora, conforme o art. 23 da LEF e o art. 32 do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS. **DA ARREMATAÇÃO** - O auto de arrematação será assinado pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro e a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável de acordo com o enunciado do art. 903 do NCPC. (art. 30 do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS). **DA HOMOLOGAÇÃO DA ARREMATAÇÃO** - 1) Após a homologação do lance o arrematante terá prazo de até 24 h (vinte e quatro horas) para efetuar os depósitos dos valores da arrematação e da comissão, conforme o art. 29 do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS e art. 892 do NCPC. 2) E homologado o lance vencedor, o sistema da gestora **MARCA LEILÕES** emitirá a guia de depósito judicial identificado vinculado ao juízo do processo de execução (conforme o enunciado do art. 28 do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS). **DA ADJUDICAÇÃO** - 1) A partir da publicação do Edital, na hipótese de adjudicação do bem móvel pelo exequente, este ficará responsável pela comissão devida ao leiloeiro público oficial que representa a gestora. 2) O exequente, se vier a arrematar o bem móvel, não estará obrigado a exibir o preço, mas se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 03 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação, e, neste caso, o bem imóvel será levado a nova praça, a custo do exequente, conforme art. 892, § 1º., do NCPC. **DA REMIÇÃO DA EXECUÇÃO** - Se o executado pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado a parte ideal do bem móvel, na forma do art. 826 do NCPC e do § 3º do enunciado do art. 10 do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS, deverá apresentar até a data e hora



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
1ª Vara Cível

designadas para a praça, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverão os executados pagarem a importância de comissão devida ao leiloeiro público oficial de **05% (cinco por cento)** do valor da avaliação ou do débito/dívida, o que for menor, na conta da gestora **MARCA LEILÕES, INTERMEDIações E NEGóCIOS LTDA. (MARCA LEILÕES)**, CNPJ/MF nº 23.871.860/0001-04, Banco do Brasil, Agência nº. 2936-X, Agência Guaicurus, na Conta Corrente nº. 48.686-8. **DO ACORDO** - 1) A partir da publicação do edital, caso seja celebrado acordo entre as partes e homologação do acordo, fica(m) o(s) executado(s) obrigado(s) a pagar(em) as despesas realizadas para a preparação do leilão, para a gestora **MARCA LEILÕES**, na pessoa do leiloeiro público oficial de **05% (cinco por cento)** do valor da avaliação judicial, ou do acordo, o que for menor. 2) Na hipótese de qualquer tipo de acordo homologado ou remição após a inclusão do bem em hasta, o leiloeiro público fará jus à comissão no percentual de **05% (cinco por cento)** conforme enunciado do § 3º do art. 10 do Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS). **DOS EMBARGOS À ARREMATACÃO** - Assinado o auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretirável, ainda que sejam julgados procedentes os Embargos à Arrematação. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no art. 804 e 903, ambos do Código de Processo Civil. As demais condições obedecerão ao enunciado do NCP, o Decreto nº. 21.981/32, com as alterações introduzidas por força do Decreto nº. 22.427/33, que regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial, pelo Provimento nº. 375/2016 CSM/TJMS, do TJMS e os art. 335 e 358, do Código Penal. Todas as regras e condições da praça estão claramente disponíveis no portal www.marcaleiloes.com.br. **DA ENTREGA DO(S) BEM(NS)** - Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à transferência do(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s), será expedido pelo Cartório da vara responsável, o respectivo mandado de entrega, a ser cumprido por oficial de justiça designado, acompanhado pelo arrematante ou pessoa que o represente legalmente. **DAS DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS** - 1) Para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao presente edital os profissionais e colaboradores da gestora **MARCA LEILÕES** poderão auxiliar aos interessados, no que se fizer necessário, nos fones (67) 99987-1407 e (67) 4042-2179 ou pelo contato via e-mail: contato@marcaleiloes.com.br e marcelo@marcaleiloes.com.br. 2) Todas as condições e regras referentes a este leilão encontram-se totalmente disponíveis no portal www.marcaleiloes.com.br. Ficam os executados, terceiros do(s) bem(ns) a ser(em) praxeado(s) e demais interessados intimados das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei para que supra seus efeitos legais. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Coxim/MS, Cartório do 1.º Ofício Cível, aos 26/03/2019. Eu, _____ (Elcia Gonçalves Teixeira - Analista Judiciário) digitei e conferi e subscrevo.

Claudio Müller Pareja
Juiz de Direito

Assinado digitalmente